

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins.

Em 24 de outubro de 2007, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Santos-Brasil S.A. (“Santos-Brasil”), foi aprovada a compra da totalidade das ações de emissão da Alphapart Participações S.A., empresa aberta desde 1998, a qual jamais exerceu qualquer atividade operacional para que viesse a funcionar como sociedade *holding*, com a nova denominação de Santos Brasil Participações S.A.. Foi aprovada, em ato subsequente, a incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Santos-Brasil, que passou a ser sua controlada integral.

A incorporação das ações foi efetivada, sem dissidência entre os acionistas, resultando no aumento de capital da Companhia para R\$1.042.070, dividido em 655.776.449 ações, sendo 452.567.461 ações ordinárias e 203.208.988 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, atribuídas aos acionistas da Santos-Brasil, em substituição àquelas que estes detinham, observada a relação de uma ação de emissão da Companhia para cada ação da Santos-Brasil.

As *units* são negociadas pelo *ticker* STBP11 na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA, sob observância das Práticas de Governança Corporativa - Nível 2.

Em 15 de setembro de 2011, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a operação de cisão parcial da Santos-Brasil, seguida da incorporação da parcela cindida. Nessa mesma Assembleia foi aprovada a incorporação da Nara Valley Participações S.A. (“Nara Valley”).

A parcela cindida e incorporada da Santos-Brasil consistiu em todos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações, passando a ser a filial operacional Tecon Santos (“Tecon Santos”), remanescendo na Santos-Brasil apenas o caixa no montante de R\$10 e o capital social de valor correspondente. Dessa forma, a Santos-Brasil continua como companhia aberta, sem solidariedade com a incorporadora, uma vez que ficou definido que a incorporadora será responsável por todas as obrigações que competiam à Santos-Brasil, não remanescendo na Santos-Brasil nenhuma obrigação.

Em decorrência da incorporação, a Nara Valley foi extinta, sendo sucedida pela incorporadora a título universal.

Em 19 de dezembro de 2011, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias, as controladas Santos-Brasil e Mesquita S.A. Transportes e Serviços passaram a ser denominadas Numeral 80 Participações S.A. (“Numeral 80”) e Nova Logística S.A. (“Nova Logística”), respectivamente.

Em 20 de março de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a alteração da razão social da sua controlada Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., que passou a ser denominada Terminal de Veículos de Santos S.A. (“TVS”).

a) Contexto operacional da filial operacional Tecon Santos

A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em janeiro de 2010, a filial operacional Tecon Santos inaugurou a área denominada Tecon 4, representada pela expansão do pátio em 112.715 m², totalizando uma área de 596.715 m², e a construção de mais um berço, originada do aditivo ao contrato de arrendamento celebrado em julho de 2006.

b) Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba (“Tecon Imbituba”)

A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 01/07 - Administração do porto.

Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2031, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba.

c) Contexto operacional da controlada Nova Logística

A controlada Nova Logística tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIA's.

d) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. (“TVS”)

Em janeiro de 2010, a controlada TVS, anteriormente denominada Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data.

Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto.

e) Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (“Convicon”)

A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

f) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon 1 com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Primeiro Aditamento ao contrato original, assinado em 3 de julho de 2006, vigorou a MMC de 363.000 contêineres até o 48º mês, a partir da obtenção da Licença de Instalação (“LI”) fornecida pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, referente à área acrescida pela Tecon 4, que se deu em 19 de outubro de 2007. A partir do 49º mês, ou seja, 19 de outubro de 2011, a MMC passou a ser de 513.000 contêineres por ano. Esse aditamento incluiu nas MMCs supramencionadas a meta de 70.000 contêineres na movimentação na navegação por cabotagem.

O contrato de exploração prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores adicionais por contêiner movimentando acima de duas vezes a MMC, conforme nota explicativa nº 19.b).

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, tais como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CODESP após o término ou a extinção do contrato.

- g) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a SCPAR Porto de Imbituba S.A. - SCPAR, sucessora da Companhia Docas de Imbituba - CDI

A filial operacional Tecon Imbituba, compondo a parcela fixa do arrendamento, tem o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, conforme nota explicativa nº 19.b).

O compromisso de investimentos mínimos contempla obras de ampliação da retroárea, bem como construção de área administrativa, *gates* e armazém, obras de reforço e contenção de berço e expansão desse berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e a retroárea compatíveis com as instalações, ou seja, guindastes móveis de cais (*Mobile Harbour Crane* - MHC), *reach stackers*, caminhões com reboques e empilhadeiras. Novos equipamentos de cais e retroárea devem ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do Terminal.

Compondo a parcela variável do arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 19.b).

Existe, também, o compromisso de movimentação mínima pelo Terminal de 65.000 contêineres no primeiro ano de atividade, 150.000 contêineres no segundo ano de atividade, 280.000 contêineres no terceiro ano de atividade e 360.000 contêineres a partir do quarto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 19.b).

Padrões operacionais foram estabelecidos de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, no mínimo, 6 movimentos por hora por terno, quando utilizado recurso de bordo, e, no mínimo, 15 movimentos por hora por terno, quando utilizado MHC.

- h) Compromissos principais do contrato de exploração do Terminal de Carga Geral com a SCPAR, sucessora da CDI

A filial operacional Tecon Imbituba - Terminal de Carga Geral tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, nas ruas, nas cercas e nos portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do *ISPS Code* e do Plano de Segurança Pública Portuária - PSPP do Porto de Imbituba, bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

O Terminal é obrigado a pagar por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada, e por tonelada por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 19.b).

O Terminal tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no primeiro ano de atividade, 140 mil toneladas no segundo ano de atividade, 180 mil toneladas no terceiro ano de atividade e 200 mil toneladas do quarto ano de atividade até o término do contrato. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 19.b).

i) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do TEV com a CODESP

A TVS tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no segundo ano de atividade, 214.147 veículos no terceiro ano de atividade, 250.691 veículos no quarto ano de atividade, 293.470 veículos no quinto ano de atividade e 300.000 veículos a partir do sexto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 19.b).

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal.

Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 19.b).

j) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Convicon com a Companhia Docas do Pará - CDP

A Convicon tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração da Convicon, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado e tonelada movimentada de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 19.b).

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Convicon tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração da Convicon ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, da reposição da inflação por meio do IGP-M.

Em 5 de junho de 2013, através da Lei nº 12.815, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes sobre a exploração direta e indireta, pela União, dos portos e das instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e outras providências. A Administração da Companhia continua avaliando os impactos e acompanhando atentamente a regulamentação da referida legislação.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade (com relação às IFRSs e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações contábeis individuais da Controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da Controladora apresentam os investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, diferentemente das IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos em controladas pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações contábeis. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2014.

b) Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as IFRSs e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas estão incluídas nas notas explicativas nº 18 e nº 19.b).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

- Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira que são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.

c) Instrumentos financeiros e de patrimônio

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas e precatórios, entre outros.

- Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos, que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos; debêntures; fornecedores; e outras contas a pagar.

- Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

- Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- Instrumentos de patrimônio

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda e emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

d) Estoques

Os estoques, representados por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial.

f) Imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

- Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	1 a 25 anos
Equipamentos de movimentação de carga	1 a 23 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas, equipamentos e acessórios	10 anos
Instalações, móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Imóveis	46 anos
Outros itens	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis e ágio

- Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas.

O intangível de concessão é medido pelo custo e amortizado pelo prazo de concessão. O intangível de concessão sem vida útil definida é testado e deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se necessário.

O intangível de concessão gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

- Concessões de serviços públicos

As filiais e controladas da Companhia, Tecon Santos, Tecon Imbituba, TVS e Convicon, possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamento, conforme notas explicativas nº 1 e nº 14. Essas filiais e controladas atuam sob o regime de concessão; entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão (*International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC 12*), em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente.

- Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Amortização

Calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio sem vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Direitos de exploração	25 anos
Ágio nas aquisições	10 a 22 anos
Softwares	10 anos

h) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

i) Redução ao valor recuperável (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação das demonstrações contábeis para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo. Para fins de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC). Para fins de teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado à UGC do segmento de negócio logística, conforme nota explicativa

nº 32. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com a norma IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

j) Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo de benefícios de pagamentos baseados em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e às condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme nota explicativa nº 7.d).

Benefícios pós-emprego

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 28.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

l) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas são referentes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

m) Arrendamentos

Os pagamentos relativos a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados por meio da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente deste quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

o) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações contábeis e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

p) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pelo Presidente do Grupo (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

r) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as BR GAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

s) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015.
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Refere-se à data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgação de transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
Modificações à IAS 32	Refere-se à compensação de ativos e passivos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

t) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores a 60 dias.

u) Reclassificações

Alguns valores apresentados na demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2012 foram reclassificados para melhor apresentação e para manter o padrão de apresentação com o exercício corrente:

- O valor de juros sobre empréstimos capitalizados, que antes era apresentado como ajuste para conciliar o resultado, foi reclassificado e está sendo apresentado no grupo de fluxos de caixa das atividades de investimento.
- O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que antes era apresentado junto com a variação de contas a receber, foi reclassificado e está sendo apresentado individualmente nos ajustes para conciliar o lucro.
- O valor de baixas de contingências com pagamento, que antes era apresentado junto com a variação das provisões para contingências, nos ajustes para conciliar o lucro, foi reclassificado e está sendo apresentado individualmente.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas:

	Participação - %	
	31.12.2013	31.12.2012
Controladas diretas:		
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV")	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos")	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS")	100	100
Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80")	100	100
Nova Logística S.A. ("Nova Logística")	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Convicon")	100	100

5. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação, com base nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a) Contas a receber e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

b) Contratos de *swaps* de taxas de juros

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados com base nas condições e no vencimento de cada contrato, utilizando taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte, quando apropriado.

c) Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

d) Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se da fórmula *Black-Scholes*. Variações de mensuração incluem preço das ações na data da mensuração, preço de exercício do instrumento, volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

6. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC).

A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está apresentada a seguir:

	Controladora	
	31.12.2013	31.12.2012
Total dos passivos circulante e não circulante	696.700	734.600
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(107.285)</u>	<u>(74.642)</u>
Dívida líquida	<u>589.415</u>	<u>659.958</u>
Total do patrimônio líquido	1.447.969	1.368.901
Relação dívida líquida sobre o capital	0,40706	0,48211
	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Total dos passivos circulante e não circulante	758.661	818.101
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(122.987)</u>	<u>(136.444)</u>
Dívida líquida	<u>635.674</u>	<u>681.657</u>
Total do patrimônio líquido	1.447.969	1.368.901
Relação dívida líquida sobre o capital	0,43901	0,49796

Os demais riscos, ou seja, os riscos de crédito, de liquidez e de mercado, estão apresentados na nota explicativa nº 29.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Contrato de mútuo - controladora

	31.12.2013
Passivo circulante:	
Terminal de Veículos de Santos S.A.	<u>46.145</u>

Representa o contrato firmado em 9 de agosto de 2013, remunerado à taxa de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente à mesma rentabilidade da aplicação financeira que era mantida pela credora.

b) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a dezembro de 2013, serviços portuários à controlada Nova Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$6.395 (R\$3.610 em 31 de dezembro de 2012), referente a 180.802 contêineres movimentados (28.253 contêineres em 31 de dezembro de 2012); (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$772, referente a 4.791 contêineres; e (iii) outros serviços de armazenagem e monitoramento de contêineres, no montante de R\$89.

A controlada Nova Logística prestou, no mesmo período, serviço de transporte de contêineres à filial operacional Tecon Santos, no montante de R\$4.863, referente a 6.317 contêineres.

Os preços utilizados para faturamento foram os de mercado.

c) Remuneração do pessoal-chave

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

	Controladora 31.12.2013		Controladora 31.12.2012	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.841	17.823	1.841	17.111
Outros benefícios	-	518	-	462
Plano de opção de compra de ações	-	<u>5.512</u>	-	<u>5.144</u>
Total	<u>1.841</u>	<u>23.853</u>	<u>1.841</u>	<u>22.717</u>

	Consolidado 31.12.2013		Consolidado 31.12.2012	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.864	19.097	1.864	19.000
Outros benefícios	-	531	-	492
Plano de opção de compra de ações	-	<u>5.603</u>	-	<u>5.292</u>
Total	<u>1.864</u>	<u>25.231</u>	<u>1.864</u>	<u>24.784</u>

Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Os diretores acionistas possuem 0,01% das ações com direito a voto da Companhia.

d) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, conforme a legislação vigente, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2013, os benefícios supramencionados representaram a aplicação de R\$37.984 (R\$30.872 em 31 de dezembro de 2012), correspondentes a 2,74% e 2,39% da receita operacional líquida consolidada, respectivamente.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Nova Logística e Terminal de Veículos incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2013, estava provisionado o montante de R\$12.236 (R\$10.373 em 31 de dezembro de 2012).

e) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Carta de fiança referente ao contrato com a Cia. de Docas do Pará - CDP, para a Convicon, no montante de R\$357.
- Fiança do contrato de aluguel do Centro de Distribuição - CD, para a Nova Logística, no montante de R\$840.
- Aval da aquisição de empilhadeiras - *reach stacker*, para a Nova Logística, no montante de €1.300, equivalente a R\$4.194.
- Aval da aquisição de semirreboques, para a Nova Logística, no montante de R\$6.402.
- Aval da aquisição de cavalos mecânicos, para a Nova Logística, no montante de R\$4.137.
- Aval da aquisição de empilhadeiras elétricas e paleteiras, para a Nova Logística, no montante de R\$2.333.
- Aval da aquisição de empilhadeira para contêineres vazios, para a Convicon, no montante de €178, equivalente a R\$574.
- Aval da aquisição de caminhões, para a Convicon, no montante de R\$361.

f) Controladores

O grupo controlador, estruturado de acordo com o Edital de Leilão PND/MT/CODESP nº 01/97, cláusula 5.2.2, é composto dos acionistas *International Markets Investments C.V.*, *Multi STS Participações S.A.* e *Brasil Terminais S.A.*. Não houve nenhuma transação com o grupo controlador.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E NATUREZA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa e saldo em bancos	16.807	5.963	21.482	9.972
Aplicações financeiras	<u>90.478</u>	<u>68.679</u>	<u>101.505</u>	<u>126.472</u>
Total	<u>107.285</u>	<u>74.642</u>	<u>122.987</u>	<u>136.444</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Controladora	
			<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Investimentos mantidos para negociação:				
CDBs	106,00	04/09/2014	-	30.528
Fundos de investimento	100,27	Indeterminado	<u>90.478</u>	<u>38.151</u>
Total			<u>90.478</u>	<u>68.679</u>

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Consolidado	
			<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Investimentos mantidos para negociação:				
CDBs	105,00	02/06/2014	3.351	33.630
Fundos de investimento	100,28	Indeterminado	<u>98.154</u>	<u>92.842</u>
Total			<u>101.505</u>	<u>126.472</u>

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2013 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo conforme previsto contratualmente, sem prejuízo da remuneração já apropriada, e fazem parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas como caixa e equivalentes de caixa no ativo circulante.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Circulante

	Controladora	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
No País	114.420	102.443
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(10.325)</u>	<u>(1.634)</u>
Total	<u>104.095</u>	<u>100.809</u>

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
No País	151.732	136.964
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(11.797)</u>	<u>(2.165)</u>
Total	<u>139.935</u>	<u>134.799</u>

Em 31 de dezembro de 2013, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$10.043, referente aos valores a receber entre a Companhia e sua controlada Nova Logística, decorrente do faturamento de prestação de serviço portuário, conforme a nota explicativa nº 7.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora	
	31.12.2013	31.12.2012
Créditos a vencer	48.682	54.773
Créditos em atraso até 60 dias	45.520	38.677
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	3.532	4.023
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	5.327	3.607
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	8.184	781
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>3.175</u>	<u>582</u>
Total	<u>114.420</u>	<u>102.443</u>

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Créditos a vencer	71.048	80.076
Créditos em atraso até 60 dias	52.255	45.949
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	5.617	4.366
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	9.111	3.896
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	9.753	1.593
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>3.948</u>	<u>1.084</u>
Total	<u>151.732</u>	<u>136.964</u>

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, os quais, no consolidado, totalizavam R\$22.812 em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.573 em 31 de dezembro de 2012). Desse montante, excluem-se: (i) os créditos em cobrança sem risco de perda; e (ii) os depósitos não identificados; e incluem-se R\$5.750, que mesmo não estando vencidos há mais de 90 dias se referem aos faturamentos retroativos aos Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs (nota explicativa nº 18.(a)), resultando, assim, no valor final consolidado de R\$11.797 (R\$2.165 em 31 de dezembro de 2012).

A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o artigo 9º, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.430/96.

b) Não circulante

	Controladora	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
No País	<u>40.625</u>	<u>14.236</u>
	Consolidado	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
No País	<u>40.625</u>	<u>14.011</u>

O montante classificado como não circulante refere-se aos créditos em discussão judicial relacionados aos TRAs não objetos da reversão da provisão para contingência, conforme descrito na nota explicativa nº 18.(a).

Em 31 de dezembro de 2012, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$225, referente aos valores a receber entre a Companhia e sua controlada Nova Logística, decorrentes do faturamento de prestação de serviço portuário, conforme a nota explicativa nº 7.b).

10. PRECATÓRIOS - CONSOLIDADO

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	<u>4.053</u>	<u>3.839</u>
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	<u>3.243</u>	<u>3.071</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

A controlada Nova Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2013 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor do passivo não circulante foi ajustado, principalmente considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Nova Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

11. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora	
	31.12.2013	31.12.2012
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.710	466
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	14.807	14.232
Outros	<u>14</u>	<u>57</u>
Total do circulante	<u>16.531</u>	<u>14.755</u>

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
IRRF	1.839	684
IRPJ e CSLL	15.705	14.935
Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	136	136
Outros	<u>507</u>	<u>728</u>
Total do circulante	<u>18.187</u>	<u>16.483</u>

A Companhia tinha registrado, em 31 de dezembro de 2013, créditos de IRRF no total de R\$1.710 (R\$466 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes, principalmente, de aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$15.705 (R\$14.935 em 31 de dezembro de 2012), referiam-se, principalmente, à Companhia, sendo decorrentes de pagamentos efetuados no exercício, como antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações do exercício seguinte.

Os créditos de PIS e COFINS referiam-se à controlada Convicon, no montante de R\$136, sendo decorrentes de créditos tributários de PIS e COFINS sobre o faturamento a clientes estrangeiros que foram pagos indevidamente.

12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Composição dos saldos

	31.12.2013	31.12.2012
Participações em controladas	<u>405.988</u>	<u>418.846</u>

b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2011

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Nova Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	283	4	17.239	142.956	227.517	387.999
Aporte de capital	-	81	10.300	-	-	10.381
Equivalência patrimonial	(175)	(45)	(3.124)	26.758	33.949	57.363
Dividendo adicional proposto em 2011 e pago em 2012	-	-	-	(5.114)	(9.129)	(14.243)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(16.894)	(16.894)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.355)	-	(6.355)
Programa de opção de ações	-	-	21	173	-	194
Passivo atuarial	-	-	(154)	578	(23)	401
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>108</u>	<u>40</u>	<u>24.282</u>	<u>158.996</u>	<u>235.420</u>	<u>418.846</u>

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2012

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Nova Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	108	40	24.282	158.996	235.420	418.846
Aporte de capital	200	25	34	-	-	259
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.500	-	-	1.500
Equivalência patrimonial	(119)	(26)	(10.467)	21.858	21.646	32.892
Dividendo adicional proposto em 2012 e pago em 2013	-	-	-	(11.439)	(15.357)	(26.796)
Dividendo complementar conforme AGO de 25 de março de 2013	-	-	-	(5.084)	-	(5.084)
Dividendos intermediários	-	-	-	(10.988)	-	(10.988)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.141)	(5.141)
Programa de opção de ações	-	-	23	109	-	132
Passivo atuarial	-	-	101	251	16	368
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>189</u>	<u>39</u>	<u>15.473</u>	<u>153.703</u>	<u>236.584</u>	<u>405.988</u>

d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2013

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Nova Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	500	300	66.810	126.374	201.051
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	345.100	299.999	66.809.999	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	154.900	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro do período	(119)	(26)	(10.467)	21.858	21.646
Patrimônio líquido	189	39	15.473	153.703	236.584
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	189	39	15.473	153.703	236.584
Ativo circulante	191	40	5.418	51.588	56.630
Ativo não circulante	-	-	30.725	199.008	189.600
Total do ativo	191	40	36.143	250.596	246.230
Passivo circulante	2	1	10.436	48.807	9.561
Passivo não circulante	-	-	10.234	48.086	85
Total do passivo	2	1	20.670	96.893	9.646
Receita líquida	-	-	28.672	246.431	67.467
(Prejuízo) lucro do exercício	(119)	(26)	(10.467)	21.858	21.646

A data de encerramento social das controladas é a mesma da controladora.

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora			
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				31.12.2013	31.12.2012
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,6	836.058	(213.610)	622.448	627.872
Equipamentos de movimentação de carga	7,6	533.719	(292.277)	241.442	260.715
Imobilizações em andamento (*)	-	28.113	-	28.113	54.277
Equipamentos de informática	20	27.442	(21.041)	6.401	4.567
Terrenos	-	36.553	-	36.553	30.022
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	22.181	(8.583)	13.598	8.056
Instalações, móveis e utensílios	10	7.870	(4.247)	3.623	2.935
Veículos	20	4.880	(2.624)	2.256	2.777
Outros itens	10	241	(189)	52	59
Total		<u>1.497.057</u>	<u>(542.571)</u>	<u>954.486</u>	<u>991.280</u>

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				31.12.2013	31.12.2012
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,2 - 13,6	860.892	(222.789)	638.103	653.666
Equipamentos de movimentação de carga	7,6 - 12,1	617.806	(322.740)	295.066	303.786
Imobilizações em andamento (*)	-	44.811	-	44.811	69.376
Equipamentos de informática	20	35.363	(25.735)	9.628	7.352
Terrenos	-	62.979	-	62.979	56.447
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	34.003	(12.141)	21.862	12.574
Instalações, móveis e utensílios	10	47.941	(13.671)	34.270	15.864
Veículos	20	5.124	(2.765)	2.359	2.862
Imóveis	2,2	25.181	(4.060)	21.121	21.627
Outros itens	10	614	(447)	167	94
Total		<u>1.734.714</u>	<u>(604.348)</u>	<u>1.130.366</u>	<u>1.143.648</u>

A movimentação do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Saldos líquidos iniciais:	991.280	996.131	1.143.648	1.133.557
Adições/transferências:				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.810	69.535	45.893	80.127
Equipamentos de movimentação de carga	8.438	39.802	26.540	50.000
Imobilizações em andamento (*)	(24.831)	(41.984)	(23.105)	(47.148)
Equipamentos de informática	3.633	2.017	4.965	3.812
Terrenos	6.532	-	6.532	-
Máquinas, equipamentos e acessórios	6.809	573	11.305	1.762
Instalações, móveis e utensílios	1.279	523	13.492	8.784
Veículos	557	983	607	1.051
Imóveis	-	-	-	-
Outros itens	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>105</u>	<u>11</u>
Total das adições/transferências	46.233	71.456	86.334	98.399

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Baixas/reclassificações	<u>(2.228)</u>	<u>(120)</u>	<u>(3.005)</u>	<u>(583)</u>
Depreciações	<u>(80.799)</u>	<u>(76.187)</u>	<u>(96.611)</u>	<u>(87.725)</u>
Saldos líquidos finais	<u>954.486</u>	<u>991.280</u>	<u>1.130.366</u>	<u>1.143.648</u>

(*) O valor de adição na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

Os custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados consolidados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$526 (R\$1.448 em 31 de dezembro de 2012), referem-se aos financiamentos diretamente atribuíveis a essas imobilizações.

A Companhia e suas controladas possuem equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das respectivas aquisições (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Financiamento de Importação - FINIMP). O valor de aquisição desses ativos foi de R\$253.883. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas (*Rubber Tyred Gantry* - RTG), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de dezembro de 2013, tinha o valor contábil de R\$1.325.

14. INTANGÍVEL

		Controladora			
				Valor líquido	Valor líquido
Taxa anual de amortização - %		Custo	Amortização acumulada	31.12.2013	31.12.2012
Vida útil definida:					
Direitos de exploração: (a)					
Tecon Santos	4	129.791	(83.499)	46.292	51.484
Tecon Imbituba	4	121.700	(27.517)	94.183	99.051
Terminal de Carga Geral	4	7.395	(1.925)	5.470	5.770
Ágio nas aquisições: (b)					
Ações da Santos-Brasil S.A.	7,2	321.264	(221.775)	99.489	110.647
Pará Empreendimentos	9,8	37.760	(20.815)	16.945	20.576
Terminal de Carga Geral	4,5	18.983	(3.805)	15.178	16.007
Softwares:					
Sistemas de processamento de dados	20	21.440	(17.746)	3.694	6.207
Outros intangíveis:					
Sistemas em desenvolvimento	-	63	-	63	136
Total		658.396	(377.082)	281.314	309.878

	Taxa anual de amortização -%	Consolidado			
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				31.12.2013	31.12.2012
Vida útil definida:					
Direitos de exploração: (a)					
Tecon Santos	4	129.791	(83.499)	46.292	51.484
Tecon Imbituba	4	121.700	(27.517)	94.183	99.051
Terminal de Carga Geral	4	7.395	(1.925)	5.470	5.770
Terminal de Exportação de Veículos	4	223.493	(35.759)	187.734	196.674
Ágio nas aquisições: (b)					
Ações da Santos-Brasil S.A.	7,2	321.264	(221.775)	99.489	110.647
Pará Empreendimentos	9,8	37.760	(20.815)	16.945	20.576
Terminal de Carga Geral	4,5	18.983	(3.805)	15.178	16.007
Softwares:					
Sistema de processamento de dados	20	29.797	(24.620)	5.177	8.597
Outros intangíveis:					
Sistemas em desenvolvimento	-	<u>221</u>	<u>-</u>	<u>221</u>	<u>153</u>
		<u>890.404</u>	<u>(419.715)</u>	<u>470.689</u>	<u>508.959</u>
Vida útil indefinida:					
Ágio nas aquisições: (c)					
Nova Logística (*)	-	<u>47.575</u>	<u>(8.110)</u>	<u>39.465</u>	<u>39.465</u>
		<u>47.575</u>	<u>(8.110)</u>	<u>39.465</u>	<u>39.465</u>
Total		<u>937.979</u>	<u>(427.825)</u>	<u>510.154</u>	<u>548.424</u>

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

A movimentação do intangível, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Saldos líquidos iniciais	309.878	338.148	548.424	586.530
Adições/transferências:				
Softwares	593	945	626	1.634
Outros intangíveis	<u>(73)</u>	<u>144</u>	<u>68</u>	<u>(494)</u>
Total das adições/transferências	520	1.089	694	1.140
Baixas/reclassificações	<u>-</u>	<u>(140)</u>	<u>4</u>	<u>(158)</u>
Amortização	<u>(29.084)</u>	<u>(29.219)</u>	<u>(38.968)</u>	<u>(39.088)</u>
Saldos líquidos finais	<u>281.314</u>	<u>309.878</u>	<u>510.154</u>	<u>548.424</u>

(a) Direitos de exploração

Os direitos de exploração são referentes às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997 (nota explicativa nº 1.a)), Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008 (nota explicativa nº 1.b)), e Terminal de Carga Geral Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006 (nota explicativa nº 1.b)), sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento, todos de 25 anos.

Conforme nota explicativa nº 1.d), a controlada TVS foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação, no montante de R\$4.711, e em 4 de janeiro de 2010 efetuou o pagamento final, no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

(b) Ágio nas aquisições - com vida útil definida

No exercício de 2006, os antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa das empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos (nota explicativa nº 1.a)), foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual do contrato de arrendamento.

A aquisição da Convicon foi consumada em 9 de abril de 2008, por meio da controlada Nara Valley, pelo montante de R\$45.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Essa transação ocorreu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Convicon.

O fundamento econômico do ágio na aquisição da Convicon é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde (nota explicativa nº 1.e)) e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da então Union, na época arrendatária do Terminal de Carga Geral de Imbituba, por meio da então controlada Tremarctos Participações S.A., foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio de R\$18.983.

O fundamento econômico do ágio de aquisição do Terminal de Carga Geral é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do referido terminal e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

(c) Ágio nas aquisições - com vida útil indefinida

A aquisição da Nova Logística, na época denominada Mesquita (nota explicativa nº 1.c)), foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil, gerou ágio no valor de R\$47.575.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Nova Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Nova Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, foi efetuado teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2014 e o planejamento de longo prazo até 2018, elaborado para a controlada Nova Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada.
- Crescimento dos volumes no negócio de centros de distribuição e transporte.
- Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos.
- Taxa real de desconto de 7,75%, aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos.
- Na data-base 31 de dezembro de 2013 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio.

Análise de sensibilidade das premissas:

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior em R\$17.298 ao valor dos ativos operacionais de R\$185.957 em 31 de dezembro de 2013, nos quais está inserido o ágio. Mesmo que haja alterações significativas nas premissas adotadas, o valor contábil não será superior ao valor recuperável.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros e comissões	Atualizações	Amortização	Controladora	
				31.12.2013	31.12.2012
Moeda nacional:					
Nota de Crédito à Exportação -					
NCE - Safra	1,60% a.a.	CDI	Semestral	150.000	150.000
(-) Custos de captação				<u>(375)</u>	<u>(375)</u>
Valor líquido captado				149.625	149.625
Juros e custos apropriados				25.737	16.128
(-) Amortização da dívida				<u>(114.956)</u>	<u>(45.435)</u>
				<u>60.406</u>	<u>120.318</u>
NCE - Safra	1,29% a.a.	CDI	Semestral	120.000	120.000
(-) Custos de captação				<u>(360)</u>	<u>(360)</u>
Valor líquido captado				119.640	119.640
Juros e custos apropriados				13.100	1.619
(-) Amortização da dívida				<u>(16.864)</u>	<u>-</u>
				<u>115.876</u>	<u>121.259</u>
NCE - Safra	1,81% a.a.	CDI	Trimestral	-	10.000
(-) Custos de captação				<u>-</u>	<u>(76)</u>

	Juros e comissões	Atualizações	Amortização	Controladora	
				31.12.2013	31.12.2012
Valor líquido captado				-	9.924
Juros e custos apropriados				-	569
(-) Amortização da dívida				-	(10.493)
				-	-
NCE - BB	1,29% a.a.	CDI	Trimestral	30.000	30.000
(-) Custos de captação				(90)	(90)
Valor líquido captado				29.910	29.910
Juros e custos apropriados				3.081	330
(-) Amortização da dívida				(3.034)	(317)
				29.957	29.923
<i>Leasing</i>	0,84% a.m.	-	-	1.326	-
				207.565	271.500
Moeda estrangeira:					
FINIMP	LIBOR/EURIBOR + 1,84% a 4,65% a.a.	Variação cambial	Semestral	73.577	104.607
<i>Darby Brazil Mezzanine</i>	LIBOR + 6,5% a.a.	Variação cambial	-	427	372
				74.004	104.979
Total				281.569	376.479
(-) Parcelas de curto prazo				(132.269)	(124.161)
Parcelas de longo prazo				149.300	252.318
	Juros e comissões	Atualizações	Amortização	Consolidado	
				31.12.2013	31.12.2012
Moeda nacional:					
FINAME	3,05% a.a. a 8,70% a.a.	URTJLP	Mensal	20.509	8.983
Banco do Estado do Pará	5% a.a.	TJLP	Mensal	713	1.502
NCE	1,29% a.a. a 1,81% a.a.	CDI	Semestral	206.239	271.500
<i>Leasing</i>	0,84% a.m.	-	-	1.326	-
Capital de giro	113% do CDI	CDI	Mensal	6.680	6.021
Conta garantida	0,77% a.m. até 2,75% a.m.	-	-	1.328	-
				236.795	288.006
Moeda estrangeira:					
FINIMP	LIBOR/EURIBOR + 1,84% até 4,72% a.a.	Variação cambial	Mensal/ trimestral/ semestral	83.680	109.122
<i>Darby Brazil Mezzanine</i>	Libor + 6,5% a.a.	Variação cambial	-	427	372
<i>Supplier credit</i>	6,4% a.a.	Variação cambial	Semestral	792	1.976
				84.899	111.470
Total				321.694	399.476
(-) Parcelas de curto prazo				(147.847)	(131.876)
Parcelas de longo prazo				173.847	267.600

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

Os empréstimos e financiamentos não possuem *covenants*.

Garantias

- Garantias concedidas

	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>Garantias (a)</u>
FINAME	Jun./18	R\$	Equipamento objeto da transação
Banco do Estado do Pará	Jun./14	R\$	Fiança bancária
FINIMP	Dez./18	US\$/€	Equipamento objeto da transação
<i>Darby Brazil Mezzanine</i>	(b)	US\$	Não há
<i>Supplier credit</i>	Mar./14	€	<i>Stand-by-letter credit</i> /aval da Companhia
NCE - Banco Safra	Mai./17	R\$	Recebíveis

(a) Conforme a nota explicativa nº 13.

(b) Pagamento aguardando formalização do contrato para remessa.

Para as garantias *stand-by-letter credit* e os avais, o valor é limitado ao total contratado.

- Garantias obtidas

Na data-base 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida de longo prazo no consolidado tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>Total</u>
NCE	39.812	39.812	24.898	-	-	104.522
FINAME	6.164	3.889	2.816	779	-	13.648
<i>Leasing</i>	439	438	-	-	-	877
Capital de giro	1.356	1.356	564	-	-	3.276
FINIMP	<u>21.124</u>	<u>17.699</u>	<u>10.351</u>	<u>2.153</u>	<u>197</u>	<u>51.524</u>
Total	<u>68.895</u>	<u>63.194</u>	<u>38.629</u>	<u>2.932</u>	<u>197</u>	<u>173.847</u>

16. DEBÊNTURES

	<u>Juros e comissões</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Amortização</u>	<u>Controladora e consolidado</u>	
				<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Debêntures	2,20% a.a.	CDI	Anual	100.000	100.000
(-) Custos das debêntures				<u>(1.350)</u>	<u>(1.350)</u>
Valor líquido captado				98.650	98.650
Juros e custos apropriados				25.082	23.933
(-) Amortização da dívida				<u>(123.732)</u>	<u>(88.912)</u>
Total				<u>-</u>	<u>33.671</u>

As debêntures, até a incorporação em 15 de setembro de 2011, tinham garantia fidejussória da então controlada Santos-Brasil S.A., como devedora solidária de todas as obrigações pelo valor colocado, sendo representada pela capacidade de geração de recursos das operações da filial operacional Tecon Santos, que compôs a parte cindida e incorporada da referida controlada.

17. IMPOSTOS PARCELADOS - CONSOLIDADO

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>4.836</u>

O montante de R\$4.836, registrado no longo prazo, referia-se a processos inscritos no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS da Lei nº 11.941/09, cuja adesão ao programa ocorreu em novembro de 2009, tendo o seu deferimento em fevereiro de 2010, sendo nesse mesmo mês protocolada, nos autos dos processos que deram origem aos débitos fiscais, petição de desistência dos embargos à execução, em virtude da inclusão desses débitos no REFIS. Em setembro de 2010, foi protocolada petição requerendo a determinação para conversão em renda na União Federal do valor correspondente ao pagamento à vista com o aproveitamento do depósito judicial, descrito na nota explicativa nº 18.(e), efetuado nos autos dos processos. Em maio de 2012, foi protocolada petição requerendo a expedição de Alvará de Levantamento Judicial da diferença entre o valor depositado e aquele convertido nas regras do REFIS. Em setembro de 2012, ocorreu decisão judicial que: (a) determinou a conversão parcial dos valores para quitação do débito, com os benefícios da Lei nº 11.941/09; e (b) postergou a análise do pedido de levantamento para após o procedimento de conversão, decisão esta que foi objeto de nova petição requerendo a reconsideração e de apresentação de exceção de pré-executividade. Também em setembro, houve nova decisão judicial determinando: (a) a conversão da parte de direito da Fazenda Nacional; e (b) vista dos autos à referida Fazenda para se manifestar sobre as alegações da Nova Logística, bem como esclarecer o pedido de penhora no rosto dos autos. Em novembro de 2012, a Fazenda respondeu à petição concordando com o levantamento da quantia remanescente. Em dezembro de 2012, foi expedido e protocolado na Caixa Econômica Federal o Alvará nº 34/12 para o levantamento da quantia, no valor de R\$536. Em fevereiro de 2013, o levantamento dos depósitos judiciais foi realizado e repassado aos antigos acionistas da Nova Logística.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações contábeis em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Processo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - multa (a)	1.767	1.697
Processo CADE - faturamento TRA (a)	81.159	113.340
Provisão trabalhista (b)	16.401	9.914
Provisão para processo Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP	-	1.265
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (c)	4.749	3.946
Outros processos (d)	<u>3.865</u>	<u>-</u>
Total	<u>107.941</u>	<u>130.162</u>

	Consolidado	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Processo CADE - multa (a)	1.767	1.697
Processo CADE - faturamento TRA (a)	81.159	113.340
Provisão trabalhista (b)	23.920	12.228
Provisão para processo CODESP	-	1.265
Provisão para processo FAP (c)	5.866	4.854
Outros processos (d)	<u>4.347</u>	<u>1.805</u>
Total	<u>117.059</u>	<u>135.189</u>

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	Controladora	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Relativos às contingências:		
Processo CADE - multa (a)	1.767	1.695
Processo CADE - faturamento TRA (a)	122.012	99.476
Processos trabalhistas (b)	5.760	5.631
Processo CODESP	-	1.265
Processo FAP (c)	3.730	2.926
Outros processos (d)	1.073	-
Outros depósitos judiciais (e)	<u>33.328</u>	<u>29.770</u>
Subtotal	<u>167.670</u>	<u>140.763</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	<u>23.759</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>23.759</u>	<u>-</u>
Total	<u>191.429</u>	<u>140.763</u>

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Relativos às contingências:		
Processo CADE - multa (a)	1.767	1.695
Processo CADE - faturamento TRA (a)	122.012	99.476
Processos trabalhistas (b)	6.571	5.640
Processo CODESP	-	1.265
Processo FAP (c)	4.672	3.594
Outros processos (d)	1.073	1.662
Outros depósitos judiciais (e)	<u>38.220</u>	<u>39.581</u>
Subtotal	<u>174.315</u>	<u>152.913</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar (f)	<u>23.759</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>23.759</u>	<u>-</u>
Total	<u>198.074</u>	<u>152.913</u>

- (a) Os provisionamentos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$99.025 e R\$1.767, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$22.987.

A mencionada ação judicial foi julgada em 4 de setembro de 2013, tendo a magistrada de primeiro grau provido parcialmente o pedido principal cancelando a proibição de cobrança abusivamente feita pelo CADE, mas mantendo a multa imposta por entender que teria o CADE exercido, com relação à multa apenas, a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIREXE nº 371.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem a lide.

A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia.

Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de “êxito provável” até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria.

Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau proferiu decisão contrária, justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia. Terminado o recesso do Poder Judiciário, a Companhia entrará com nova demanda, por entender que as justificativas não estão relacionadas ao mérito da solicitação.

Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litisconsortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs.

Esse procedimento de reversão parcial gerou os seguintes efeitos: (i) baixa da Provisão CADE - Faturamento TRA em R\$79.977, do valor total de R\$161.136; (ii) acréscimo do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em R\$63.751 e do EBITDA no mesmo valor; e (iii) acréscimo do lucro líquido do exercício em R\$42.076. Os valores de acréscimo nas contas de lucro e do EBITDA estão líquidos da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$5.750, referente aos faturamentos retroativos para os quais a Administração prevê a necessidade de cobrança judicial, compondo os valores relacionados na nota explicativa nº 9.

- (b) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$16.401, para os quais existem depósitos judiciais de R\$5.760; (ii) da controlada Nova Logística, provisionados no montante de R\$558, para os quais existem depósitos judiciais de R\$7; e (iii) da controlada Convicon, provisionados no montante de R\$6.961, para os quais existem depósitos judiciais de R\$804.
- (c) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$3.730, e de suas controladas composto de:

- (i) R\$880 - Nova Logística; (ii) R\$44 - Convicon; e (iii) R\$18 - Terminal de Veículos. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Nova Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (d) O provisionamento no montante de R\$4.347 refere-se, principalmente: (i) à cláusula de sucesso prevista na defesa do processo tributário, de probabilidade de êxito possível, referente ao auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, recebido em 14 de dezembro de 2012, no montante de R\$2.000; e (ii) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, integralmente depositada no montante de R\$1.026.
- (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.234 e R\$7.748, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.167; (iii) depósito referente a tributos federais que impediavam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$12.053; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$8.441. Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados a: (i) controlada Nova Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediavam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$4.129, e a processos trabalhistas de R\$324; e (ii) controlada Convicon, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$300, e a bloqueios judiciais de R\$139.
- (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAr, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto, por meio de depósitos judiciais vinculados ao processo em andamento. Em 31 de dezembro de 2013, esses depósitos representavam o montante de R\$23.759. O valor relacionado a esse montante está provisionado no passivo não circulante, na rubrica “Fornecedores”.

Os processos referentes à controlada Nova Logística, mencionados no item (e), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, um montante equivalente foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica “Contas a receber de antigos acionistas - Nova Logística”.

A movimentação das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, está demonstrada nos quadros a seguir:

	Controladora			Saldo em 31.12.2013
	Saldo em 31.12.2012	Adições	Outras movimentações (*)	
Processo CADE - multa	1.697	70	-	1.767
Processo CADE - faturamento TRA	113.340	47.810	(79.991)	81.159
Provisão trabalhista	9.914	2.155	4.332	16.401
Provisão para processo CODESP	1.265	43	(1.308)	-
Provisão FAP	3.946	843	(40)	4.749
Outros processos	-	<u>3.865</u>	-	<u>3.865</u>
Total	<u>130.162</u>	<u>54.786</u>	<u>(77.007)</u>	<u>107.941</u>

				Saldo em 31.12.2012
	Saldo em 31.12.2011	Adições	Outras movimentações (*)	
Processo CADE - multa	1.616	81	-	1.697
Processo CADE - faturamento TRA	92.965	20.390	(15)	113.340
Provisão trabalhista	10.827	1.467	(2.380)	9.914
Provisão para processo CODESP	1.047	218	-	1.265
Provisão FAP	<u>2.243</u>	<u>1.823</u>	<u>(120)</u>	<u>3.946</u>
Total	<u>108.698</u>	<u>23.979</u>	<u>(2.515)</u>	<u>130.162</u>

	Consolidado			Saldo em 31.12.2013
	Saldo em 31.12.2012	Adições	Outras movimentações (*)	
Processo CADE - multa	1.697	70	-	1.767
Processo CADE - faturamento TRA	113.340	47.810	(79.991)	81.159
Provisão trabalhista	12.228	3.249	8.443	23.920
Provisão para processo CODESP	1.265	43	(1.308)	-
Provisão FAP	4.854	1.053	(41)	5.866
Outros processos	<u>1.805</u>	<u>4.266</u>	<u>(1.724)</u>	<u>4.347</u>
Total	<u>135.189</u>	<u>56.491</u>	<u>(74.621)</u>	<u>117.059</u>

				Saldo em 31.12.2012
	Saldo em 31.12.2011	Adições	Outras movimentações (*)	
Processo CADE - multa	1.616	81	-	1.697
Processo CADE - faturamento TRA	92.965	20.390	(15)	113.340
Provisão trabalhista	11.272	3.591	(2.635)	12.228
Provisão para processo CODESP	1.047	218	-	1.265
Provisão FAP	2.927	2.050	(123)	4.854
Outros processos	<u>1.705</u>	<u>100</u>	-	<u>1.805</u>
Total	<u>111.532</u>	<u>26.430</u>	<u>(2.773)</u>	<u>135.189</u>

(*) Referem-se a reversão de provisão, processos encerrados, acréscimos e reduções de contingência ou alterações da probabilidade de êxito.

O montante de R\$8.443 de outras movimentações de provisão trabalhista está composto de: (i) R\$2.074 referentes a alterações de valor de contingência; (ii) R\$8.927 referentes a alterações de probabilidade de êxito; e (iii) R\$(2.558) referentes a baixas com pagamento de condenação.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de êxito possível: (i) processos com valores mensurados no montante de R\$450.607; e (ii) processos que não têm valores de contingência mensurados pelos referidos assessores. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações trimestrais.

A movimentação dos processos possíveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, está demonstrada a seguir:

<u>Natureza da ação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Outras</u> <u>movimentações (*)</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2013</u>
Aduaneira	1.433	1.232	12.963	15.628
Cível	23.044	2.428	(3.410)	22.062
Trabalhista	85.619	34.538	(63.711)	56.446
Tributária	384.411	26.409	(54.428)	356.392
Outras	<u>2.120</u>	<u>-</u>	<u>(2.041)</u>	<u>79</u>
Total	<u>496.627</u>	<u>64.607</u>	<u>(110.627)</u>	<u>450.607</u>

(*) Referem-se a processos encerrados, acréscimos e reduções de contingência ou alterações da probabilidade de êxito.

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, efetuando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$334.495, classificado no quadro anterior como natureza tributária, que, segundo o referido auto, a Numeral 80 teria deixado de recolher nos exercícios de 2006 a 2011, em virtude da amortização, para fins fiscais, do ágio a ela transferido pela incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão, operação esta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.), em 30 de maio de 2006 (incorporação).

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal.

Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência do acórdão da Delegacia da Receita Federal do julgamento da 1ª Turma da DRJ em São Paulo-I/SP, que deu como parcialmente procedente as impugnações apresentadas e reduziu a multa de ofício aplicada para 75%, passando, dessa forma, o valor do crédito tributário para R\$283.466, atualizados e com risco de perda considerado como possível pelos assessores jurídicos externos da Companhia.

Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de recurso relativamente aos débitos exonerados, totalizando o valor atualizado de R\$69.328, classificados como de risco de perda remoto pelos referidos assessores jurídicos.

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 efetuou interposição de recurso no prazo regulamentar.

19. ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

a) Arrendamento financeiro

A Companhia possui 13 ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro (*leasing*). Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

31.12.2013

Equipamentos de informática	998
Sistemas de processamento de dados	<u>318</u>
Total	<u>1.316</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu como juros o montante de R\$10, relativo a despesas financeiras. A apropriação da depreciação desses ativos terá início em janeiro de 2014.

Os pagamentos futuros mínimos, em 31 de dezembro de 2013, estavam segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
De um a três anos	<u>1.326</u>	<u>10</u>	<u>1.326</u>

b) Arrendamento operacional

A Companhia, por meio de suas filiais, e suas controladas possuem contratos de concessão e parcelas de arrendamento a serem apropriados ao resultado, por competência. Esses valores serão corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGP-M/FGV.

<u>Contratos</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017 - término do contrato</u>	<u>Total</u>
Tecon Santos	30.525	30.525	30.525	180.607	272.182
Tecon Imbituba	2.616	2.616	2.616	42.720	50.568
Terminal de Carga Geral	165	165	165	2.553	3.048
Convicon	719	719	719	1.259	3.416
Nova Logística	249	-	-	-	249
Terminal de Veículos	<u>3.124</u>	<u>3.124</u>	<u>3.124</u>	<u>56.492</u>	<u>65.864</u>
Total	<u>37.398</u>	<u>37.149</u>	<u>37.149</u>	<u>283.631</u>	<u>395.327</u>

Períodos de vigência dos contratos

<u>Contratos</u>	<u>Início do contrato</u>	<u>Término do contrato</u>
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2022
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
Terminal de Carga Geral	Junho/2007	Junho/2032
Convicon	Setembro/2003	Setembro/2018
Nova Logística	Junho/1991	Junho/2014
Terminal de Veículos	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

<u>Contratos</u>	<u>Vigência</u>
Tecon Santos	Abril/2013 a abril/2014
Tecon Imbituba	Julho/2013 a julho/2014
Terminal de Veículos	Julho/2013 a julho/2014

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais, conforme segue. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2013 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M:

<u>Contrato</u>	<u>Em reais - R\$</u>		
	<u>Custo por contêiner movimentado</u>	<u>Custo por tonelada movimentada</u>	<u>Custo por veículo movimentado</u>
Tecon Santos (a)	14,79	-	-
Tecon Santos (b)	7,39	-	-
Tecon Imbituba (c)	69,73	-	-
Terminal de Carga Geral (d)	-	2,17	-
Terminal de Carga Geral (e)	-	4,80	-
Terminal de Carga Geral (f)	-	2,89	-
Convicon (g)	14,79	-	-
Convicon (h)	2,97	-	-
Convicon (i)	-	1,48	-
Terminal de Veículos (j)	-	-	13,87

- (a) Valor devido quando a movimentação excede o dobro da Movimentação Mínima Contratual - MMC, até atingir três vezes a faixa mínima aplicável.
- (b) Valor devido quando a movimentação estiver acima de três vezes a faixa mínima aplicável.
- (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

- (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (g) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (h) Valor devido por contêiner vazio.
- (i) Valor devido por tonelada.
- (j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de movimentação mínima que não vêm sendo cumpridos, gerando assim um custo no montante de R\$21.460, como segue:

<u>Contratos</u>	<u>31.12.2013</u>
Tecon Santos (*)	(982)
Tecon Imbituba	21.632
Terminal de Carga Geral	269
Convicon	211
Terminal de Veículos	<u>330</u>
Total	<u>21.460</u>

(*) Líquida de reversão de provisão efetuada a maior.

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centros de Distribuição da controlada Nova Logística), os quais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, geraram despesas no montante de R\$12.973.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Existentes no início do exercício	454.244.356	453.584.430	209.916.568	207.276.864
Opção de ações exercidas durante o exercício	<u>385.126</u>	<u>659.926</u>	<u>1.540.504</u>	<u>2.639.704</u>
Emitidas/autorizadas sem valor nominal	<u>454.629.482</u>	<u>454.244.356</u>	<u>211.457.072</u>	<u>209.916.568</u>

Do total de ações, 210.136.135 encontravam-se em circulação (*free float*) em 31 de dezembro de 2013, sendo 42.027.227 ações ordinárias e 168.108.908 ações preferenciais, representadas por 42.027.227 *units*.

As *units* são certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, cada um representando uma ação ordinária e quatro ações preferenciais.

Até 31 de dezembro de 2012, ocorreram aumentos de capital referentes às opções exercidas, conforme nota explicativa nº 25, no montante de R\$20.506, sendo 1.676.895 ações ordinárias e 6.707.580 ações preferenciais.

Em 28 de fevereiro de 2013, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme nota explicativa nº 25, no montante de R\$4.807. Foram emitidas 207.730 ações ordinárias e 830.920 ações preferenciais.

Em 31 de março de 2013, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme nota explicativa nº 25, no montante de R\$1.331. Foram emitidas 68.188 ações ordinárias e 272.752 ações preferenciais.

Em 30 de abril de 2013, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme nota explicativa nº 25, no montante de R\$534. Foram emitidas 27.921 ações ordinárias e 111.684 ações preferenciais.

Em 31 de maio de 2013, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme nota explicativa nº 25, no montante de R\$1.332. Foram emitidas 55.329 ações ordinárias e 221.316 ações preferenciais.

Em 30 de junho de 2013, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme nota explicativa nº 25, no montante de R\$497. Foram emitidas 25.958 ações ordinárias e 103.832 ações preferenciais.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, a alienação do seu controle acionário, tanto por meio de uma única operação quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA, oferta pública de aquisição de todas as ações dos demais acionistas da Companhia, a fim de assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem dividendos assegurados.

b) Reserva de capital

- Plano de opção de compra de ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 25), no montante de R\$40.312 em 31 de dezembro de 2013 (R\$34.384 em 31 de dezembro de 2012), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

- Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$5.478.

c) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital.

- Recompra de ações

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O programa autoriza a compra de até 4.215.556 *units* sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e encerrando-se em 20 de dezembro de 2014.

A seguir, a quantidade de ações compradas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

<u>Units</u>	<u>Quantidade de ações</u>		<u>Valor</u>	<u>Valor de mercado (*)</u>	<u>Preço por units</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>			<u>Médio ponderado</u>	<u>Mínimo</u>	<u>Máximo</u>
128.337	128.337	513.348	2.294	2.431	17,87	17,56	18,52

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração dos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

		<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício		255.060
Constituição da reserva legal	5,0%	<u>(12.753)</u>
Lucro líquido ajustado (a)		<u>242.307</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	25,0%	60.577
Remuneração dos acionistas		
Dividendos intermediários, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2013 (b)		90.000
Juros sobre o capital próprio, adiantados no decorrer do exercício de 2012 (c)		68.445
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio (d)		<u>(8.481)</u>
Dividendos complementares propostos (e)		<u>35.401</u>
Remuneração líquida aos acionistas (b + c - d + e)	76,5%	<u>185.365</u>
Remuneração bruta aos acionistas (b + c + e)	80,0%	<u>193.846</u>
Dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio líquidos pagos e/ou creditados por classe de ação:		
Ações ordinárias		102.356
Ações preferenciais		<u>47.608</u>
		<u>149.964</u>
Dividendos complementares propostos		35.401
Retenção de lucro		48.461

e) Outros resultados abrangentes

- Benefício pós-emprego

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial do benefício pós-emprego dos planos médicos (nota explicativa nº 28), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09.

21. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Receita bruta	1.214.118	1.094.954	1.600.941	1.471.663
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(98.687)	(90.213)	(149.266)	(138.767)
Outras	(69.680)	(35.248)	(74.321)	(39.727)
Total	<u>1.045.751</u>	<u>969.493</u>	<u>1.377.354</u>	<u>1.293.169</u>

22. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Mão de obra avulsa	(80.044)	(73.940)	(83.385)	(77.434)
Taxas - Companhias Docas	(54.586)	(53.416)	(56.418)	(55.187)
Arrendamentos e infraestruturas -				
Companhias Docas	(36.853)	(34.733)	(41.717)	(39.351)
Energia elétrica	(9.490)	(9.806)	(11.123)	(11.414)
Combustíveis e lubrificantes	(17.645)	(13.380)	(25.280)	(19.914)
Frete	(13.002)	(4.249)	(47.984)	(36.587)
Veículos	-	-	(18.342)	(13.270)
Outros serviços e materiais	(2.105)	(302)	(11.617)	(8.608)
Despesas com pessoal	(240.497)	(213.567)	(323.985)	(291.797)
Consultoria, assessoria e auditoria	(30.821)	(28.981)	(33.604)	(31.748)
Outros serviços de terceirização	(22.496)	(19.378)	(34.420)	(29.717)
Manutenção operacional	(35.213)	(28.114)	(43.642)	(35.770)
Depreciação e amortização	(94.266)	(89.789)	(119.963)	(111.196)
Aluguéis/condomínios - áreas				
operacionais	-	-	(10.498)	(9.061)
Despesas com vendas de serviços	(13.950)	(13.527)	(23.998)	(19.778)
Outras despesas	(50.701)	(35.568)	(93.930)	(62.580)
Total	<u>(701.669)</u>	<u>(618.750)</u>	<u>(979.906)</u>	<u>(853.412)</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(562.155)	(490.813)	(802.474)	(690.896)
Despesas com vendas	(32.606)	(27.537)	(48.934)	(39.636)
Despesas gerais e administrativas	(106.908)	(100.400)	(128.498)	(122.880)
Total	<u>(701.669)</u>	<u>(618.750)</u>	<u>(979.906)</u>	<u>(853.412)</u>

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Outras receitas operacionais:				
Ressarcimento de ISS sobre notas canceladas	393	268	411	294
Ganho na venda de ativo	276	635	2.358	1.116
Correção de adiantamento para fundo de dragagem	405	527	405	527
Correção de depósitos judiciais	8.237	492	8.295	569
Outras receitas	<u>144</u>	<u>240</u>	<u>520</u>	<u>946</u>
Total	<u>9.455</u>	<u>2.162</u>	<u>11.989</u>	<u>3.452</u>
Outras despesas operacionais:				
Correção de provisões	(288)	(223)	(354)	(276)
Precatórios	-	-	(171)	(1.615)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	(332)	-
Prêmio de opção de compra de ações	-	(510)	-	(510)
Outras despesas	<u>(85)</u>	<u>(46)</u>	<u>(542)</u>	<u>(287)</u>
Total	<u>(373)</u>	<u>(779)</u>	<u>(1.399)</u>	<u>(2.688)</u>

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	9.868	9.716	13.296	13.391
Juros de mútuo	-	102	-	-
Variações monetárias e cambiais ativas	24.347	34.622	25.520	35.445
Valor justo da operação de <i>swap</i>	2.162	3.007	2.322	3.208
Outras receitas	<u>2.100</u>	<u>1.322</u>	<u>2.227</u>	<u>1.554</u>
Total	<u>38.477</u>	<u>48.769</u>	<u>43.365</u>	<u>53.598</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Despesas financeiras:				
Juros	(28.668)	(45.913)	(30.927)	(47.679)
Juros de mútuo	(1.354)	-	-	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(30.733)	(41.958)	(33.131)	(43.490)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações de mútuos	(504)	(184)	(601)	(353)
Valor justo da operação de <i>swap</i>	(5.439)	(4.634)	(5.657)	(4.758)
Outras despesas	<u>(1.134)</u>	<u>(733)</u>	<u>(1.635)</u>	<u>(970)</u>
Total	<u>(67.832)</u>	<u>(93.422)</u>	<u>(71.951)</u>	<u>(97.250)</u>

25. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES - CONTROLADORA

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do mesmo Conselho.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), agrupados em *units* (nota explicativa nº 20.a)), em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção (“preço de exercício”), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2013, os Programas em vigência eram os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/units (*)	Quantidade de units outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/units (*)	Quantidade de units exercidas	Quantidade de units vencidas/ caducadas	Quantidade de units - saldo
20/10/06 - Programa 2006	20,7	<u>231.493</u>			10,7	<u>34.200</u>	<u>197.293</u>	-
1º Lote anual		77.164	20/10/07	20/10/09		-	77.164	-
2º Lote anual		77.164	20/10/08	20/10/10		-	77.164	-
3º Lote anual		77.165	20/10/09	20/10/11		34.200	42.965	-
13/08/07 - Programa 2007	25,67	<u>342.572</u>			12,02	-	<u>342.572</u>	-
1º Lote anual		114.191	13/08/08	13/08/10		-	114.191	-
2º Lote anual		114.191	13/08/09	13/08/11		-	114.191	-
3º Lote anual		114.190	13/08/10	13/08/12		-	114.190	-
28/02/08 - Programa 2008	22,23	<u>456.331</u>			10,22	<u>188.507</u>	<u>267.824</u>	-
1º Lote anual		152.110	28/02/09	28/02/11		-	152.110	-
2º Lote anual		152.110	28/02/10	28/02/12		108.749	43.361	-
3º Lote anual		152.111	28/02/11	28/02/13		79.758	72.353	-
28/02/08 - Programa Complementar 2008	22,23	<u>1.115.760</u>			7,17	-	<u>1.115.760</u>	-
Lote anual		1.115.760	Sem carência	28/02/11		-	1.115.760	-
27/01/09 - Programa 2009	6,59	<u>1.170.153</u>			3,64	<u>1.132.089</u>	<u>38.064</u>	-
1º Lote anual		390.051	27/01/10	27/01/12		377.629	12.422	-
2º Lote anual		390.051	27/01/11	27/01/13		378.809	11.242	-
3º Lote anual		390.051	27/01/12	27/01/14		375.651	14.400	-
08/03/10 - Programa 2010	15,35	<u>605.201</u>			6,77	<u>422.537</u>	<u>26.712</u>	<u>155.952</u>
1º Lote anual		201.734	09/03/11	09/03/13		194.436	7.298	-
2º Lote anual		201.734	09/03/12	09/03/14		136.463	8.199	57.072
3º Lote anual		201.733	09/03/13	09/03/15		91.638	11.215	98.880
19/04/11 - Programa 2011	21,71	<u>535.279</u>			9,12	<u>198.003</u>	<u>15.913</u>	<u>321.363</u>
1º Lote anual		178.426	01/02/12	01/02/14		118.812	4.329	55.285
2º Lote anual		178.426	01/02/13	01/02/15		79.191	4.329	94.906
3º Lote anual		178.427	01/02/14	01/02/16		-	7.255	171.172
31/01/12 - Programa 2012	23,19	<u>849.476</u>			6,48	<u>86.685</u>	<u>13.797</u>	<u>748.994</u>
1º Lote anual		283.159	01/02/13	01/02/15		86.685	993	195.481
2º Lote anual		283.159	01/02/14	01/02/16		-	6.403	276.756
3º Lote anual		283.158	01/02/15	01/02/17		-	6.401	276.757
31/01/13 - Programa 2013	27,35	<u>590.980</u>			7,54	-	-	<u>590.980</u>
1º Lote anual		196.993	01/02/14	01/02/16		-	-	196.993
2º Lote anual		196.993	01/02/15	01/02/17		-	-	196.993
3º Lote anual		<u>196.994</u>	01/02/16	01/02/18		-	-	<u>196.994</u>
Total das opções outorgadas		<u>5.897.245</u>				<u>2.062.021</u>	<u>2.017.935</u>	<u>1.817.289</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses, contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Na inexistência, ainda, de histórico representando o índice de caducidade no exercício das opções, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão exercidas.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$5.928 (R\$5.498 em 31 de dezembro de 2012), conforme nota explicativa nº 20.a).

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2013, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 1,56% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 1,35%.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Lucro antes da tributação	341.084	349.219	363.835	381.252
Exclusão de equivalência patrimonial	<u>(32.892)</u>	<u>(57.363)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro antes da tributação ajustado	308.192	291.856	363.835	381.252
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	<u>104.761</u>	<u>99.207</u>	<u>123.680</u>	<u>129.601</u>
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	73.966	70.045	87.320	91.500
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	30.795	29.162	36.360	38.101
II - Efeitos das adições permanentes de despesas e receitas	<u>(17.070)</u>	<u>(18.970)</u>	<u>(16.440)</u>	<u>(18.209)</u>
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	1.471	1.767	1.471	1.767
Plano de opção de compra de ações	1.971	1.803	2.016	1.869
Outras	2.759	2.595	3.344	3.290
Exclusões permanentes:				
Juros sobre o capital próprio pagos	(23.271)	(25.135)	(23.271)	(25.135)
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	<u>(1.667)</u>	<u>(1.659)</u>	<u>(1.927)</u>	<u>(1.659)</u>
Incentivos fiscais	<u>(1.667)</u>	<u>(1.659)</u>	<u>(1.927)</u>	<u>(1.659)</u>
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	86.024	78.578	105.313	109.733
Alíquota efetiva	27,9%	26,9%	28,9%	28,8%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.389</u>	<u>805</u>
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	3.389	977
Contabilização inicial de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	-	(172)
VI - Ajustes extraordinários:	<u>-</u>	<u>429</u>	<u>73</u>	<u>502</u>
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	429	73	502
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	<u>86.024</u>	<u>79.007</u>	<u>108.775</u>	<u>111.040</u>
IRPJ e CSLL - correntes	74.323	54.569	96.626	82.630
IRPJ e CSLL - diferidos	<u>11.701</u>	<u>24.438</u>	<u>12.149</u>	<u>28.410</u>
Total	<u>86.024</u>	<u>79.007</u>	<u>108.775</u>	<u>111.040</u>

(*) Refere-se às controladas Numeral 80, TPV e Pará Empreendimentos, para as quais não foram constituídos créditos fiscais diferidos em razão de não se enquadrarem nos critérios para esse reconhecimento.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

<u>Ativo (passivo)</u>	Controladora			
	31.12.2013		31.12.2012	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-	13.706	4.934
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	29.604	10.657	32.540	11.715
Outras provisões	18.393	6.622	8.040	2.895
Efeitos do RTT:				
Amortização do ágio	(24.872)	(8.954)	(27.662)	(9.958)
Depreciação	(48.813)	(17.573)	(43.525)	(15.669)
Outros	208	75	23	8
Perdas atuariais	<u>650</u>	<u>234</u>	<u>1.175</u>	<u>423</u>
Total	<u>(24.830)</u>	<u>(8.939)</u>	<u>(15.703)</u>	<u>(5.652)</u>
<u>Ativo (passivo)</u>	Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-	13.706	4.934
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	29.983	10.793	32.757	11.794
Outras provisões	20.291	7.305	9.511	3.424
Efeitos do RTT:				
Amortização do ágio	(34.739)	(12.506)	(37.320)	(13.435)
Depreciação	(51.508)	(18.543)	(45.549)	(16.398)
Outros	26	9	(173)	(62)
Perdas atuariais	<u>359</u>	<u>129</u>	<u>1.022</u>	<u>368</u>
Total	<u>(35.588)</u>	<u>(12.813)</u>	<u>(26.046)</u>	<u>(9.375)</u>
Ativo	<u>188</u>	<u>68</u>	<u>135</u>	<u>48</u>
Passivo	<u>(35.776)</u>	<u>(12.881)</u>	<u>(26.181)</u>	<u>(9.423)</u>

Até 31 de dezembro de 2013, foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias e sobre o Regime Tributário de Transição - RTT, aplicáveis à Companhia e às suas controladas. Os passivos fiscais diferidos são sempre reconhecidos para a Companhia e todas as controladas.

27. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2013			31.12.2012		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Lucro líquido	174.207	80.853	255.060	184.808	85.404	270.212
Média ponderada das ações	454.174	210.792	664.966	453.739	209.683	663.422
Resultado por ação básico	0,38357	0,38357	0,38357	0,40730	0,40730	0,40730
Resultado por <i>units</i> básico	1,91784	1,91784	1,91784	2,03650	2,03650	2,03650

b) Lucro diluído por ação

Sobre o lucro da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31.12.2013			31.12.2012		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Lucro líquido	174.207	80.853	255.060	184.808	85.404	270.212
Média ponderada das ações	454.174	210.792	664.966	453.739	209.683	663.422
Efeitos potenciais de subscrição de opções de ações	915	3.660	4.575	745	2.981	3.726
Resultado por ação diluído	0,38095	0,38095	0,38095	0,40503	0,40503	0,40503
Resultado por <i>units</i> diluído	1,90474	1,90474	1,90474	2,02513	2,02513	2,02513

28. PASSIVOS ATUARIAIS - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33, determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente, tiveram como premissas básicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Taxa de desconto financeiro	6,6% a.a.	4,0% a.a.
Taxa inicial de crescimento dos custos médicos	6,61% a.a.	6,61% a.a.
Ano em que a taxa final é atingida	2064	2062

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados nos exercícios de 2013 e 2012, os quais contêm os valores de despesas projetadas para os exercícios de 2013 e 2012, a Companhia registrou provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.567	5.341
Perdas atuariais calculadas	<u>7.941</u>	<u>4.698</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>9.508</u>	<u>10.039</u>

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor presente das obrigações atuariais	1.905	7.370
Perdas atuariais calculadas	<u>8.806</u>	<u>4.091</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>10.711</u>	<u>11.461</u>

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ativo:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e saldo em bancos	16.807	5.963	21.482	9.972
Contas a receber	104.095	100.809	139.935	134.799
Precatórios a receber	-	-	4.053	3.839
	<u>120.902</u>	<u>106.772</u>	<u>165.470</u>	<u>148.610</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	90.478	68.679	101.505	126.472
Swap - BTG Pactual 2014	2.100	-	2.297	-
Swap - Credit Suisse	566	2.849	566	2.849
Swap - Itaú 2013	-	84	-	88
Swap - Itaú 2014	<u>445</u>	<u>-</u>	<u>511</u>	<u>-</u>
	<u>93.589</u>	<u>71.612</u>	<u>104.879</u>	<u>129.409</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Passivo:				
Valor justo por meio do resultado:				
<i>Swap</i> - BTG Pactual 2013	-	57	-	68
	-	57	-	68
Outros passivos financeiros-				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Debêntures	-	33.671	-	33.671
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	74.004	104.979	84.899	111.470
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	-	21.222	10.485
Fornecedores	59.981	44.768	78.928	57.160
NCE	206.239	271.500	206.239	271.500
<i>Leasing</i>	1.326	-	1.326	-
Capital de giro	-	-	6.680	6.021
Conta garantida	-	-	1.328	-
Precatórios a pagar (*)	-	-	3.243	3.071
	<u>341.550</u>	<u>454.918</u>	<u>403.865</u>	<u>493.378</u>
Total	<u>556.041</u>	<u>633.359</u>	<u>674.214</u>	<u>771.465</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros”, no passivo não circulante.

b) Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria entidade.

b.1) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e à variação cambial.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2012 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas trimestrais do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo desses derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para Dólar, Libor e CDI, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Em 1º de abril de 2011, a Companhia assinou o primeiro aditamento ao contrato de *swap* - Credit Suisse, com o objetivo de eliminar o risco cambial da operação. Nesse aditamento foram alterados os termos e as condições referentes ao parâmetro de atualização da ponta passiva do contrato, anteriormente determinados em variação cambial + Libor + 7,95% ao ano, para 108,75% do CDI.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A coluna “Recebimentos/Pagamentos” mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e a coluna “Custo” mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Controladora									
Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Custo	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Dez./2013	Dez./2012		
<u>Credit Suisse</u> <i>Swap</i> de CDI + Pré	250.000	Set./2014	Associado à operação de CCE	2.311	2.188	566	2.849	100% CDI + 3,5% a.a.	108,75% CDI
<u>BTG Pactual 2013 (*)</u> <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	23.442	Jun./2013	Associado à variação cambial	(1.595)	(769)	-	(57)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Itaú 2013 (*)</u> <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	22.212	Dez./2013	Associado à variação cambial	1.466	1.838	-	84	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>BTG Pactual 2014 (*)</u> <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	17.521	Jun./2014	Associado à variação cambial	-	2.073	2.100	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Itaú 2014 (*)</u> <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	11.055	Dez./2014	Associado à variação cambial	-	365	445	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Consolidado									
Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Custo	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Dez./2013	Dez./2012		
<u>Credit Suisse</u> <i>Swap</i> de CDI + Pré	250.000	Set./2014	Associado à operação de CCE	2.311	2.188	566	2.849	100% CDI + 3,5% a.a.	108,75% CDI
<u>BTG Pactual 2013 (*)</u> <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	25.147	Jun./2013	Associado à variação cambial	(1.728)	(843)	-	(68)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Itaú 2013 (*)</u> <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	23.413	Dez./2013	Associado à variação cambial	1.537	1.929	-	88	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>BTG Pactual 2014 (*)</u> <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	19.162	Jun./2014	Associado à variação cambial	-	2.267	2.297	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Itaú 2014 (*)</u> <i>Swap</i> de variação cambial + cupom - CDI	12.695	Dez./2014	Associado à variação cambial	-	419	511	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos de *swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos, exceto quanto ao Credit Suisse, que não está mais atrelado a um financiamento, consequentemente, a um risco específico, mas que continua sendo marcado a mercado.

b.2) Demais instrumentos financeiros

Com base nas projeções de taxas de juros e moedas da BM&FBOVESPA e Bloomberg, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&FBOVESPA e Bloomberg, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&FBOVESPA e Bloomberg; não foram considerados o risco de crédito próprio nem eventual *spread* bancário por serem considerados irrelevantes.

Dessa forma, o valor de mercado de um título corresponde a seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais.

Aplicações financeiras - as aplicações financeiras em fundos de investimento e CDBs estão sendo apresentadas pelo seu valor justo, dada a classificação de valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2013, os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos, apresentados apenas para fins de demonstração, eram:

	Controladora	
	31.12.2013	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	107.285	107.285
Contas a receber	104.095	104.095
Outros valores a receber	3.376	3.376
Total	<u>214.756</u>	<u>214.756</u>
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos	281.569	273.067
Fornecedores	59.981	59.981
Mútuo a pagar	46.145	46.145
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	60.054	60.054
Total	<u>447.749</u>	<u>439.247</u>

	Consolidado	
	31.12.2013	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	122.987	122.987
Contas a receber	139.935	139.935
Outros valores a receber	3.376	3.376
Total	<u>266.298</u>	<u>266.298</u>
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos	321.694	307.050
Fornecedores	78.928	78.928
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	60.054	60.054
Total	<u>460.676</u>	<u>446.032</u>

c) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Havia somente saldos de passivos denominados em moeda estrangeira, como segue:

	Controladora		
	Valor (em R\$)		
<u>Natureza do saldo</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>Moeda da transação</u>
Financiamento <i>Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC</i>	427	372	US\$
Financiamento FINIMP	73.577	98.338	US\$
Financiamento FINIMP	-	6.269	€
Total	<u>74.004</u>	<u>104.979</u>	

	Consolidado		
	Valor (em R\$)		
<u>Natureza do saldo</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>Moeda da transação</u>
Financiamento <i>Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC</i>	427	372	US\$
Financiamento FINIMP	82.475	101.697	US\$
Financiamento FINIMP	1.205	7.425	€
<i>Supplier credit</i>	792	1.976	€
Total	<u>84.899</u>	<u>111.470</u>	

d) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano e o euro, que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 com valorização em relação ao real de 14,64% e 19,70%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2012.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos; tais operações não são utilizadas para fins especulativos (exceto quanto ao mencionado no item b.1)) e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Exposição cambial

	<u>Controladora</u> <u>Valor (em R\$)</u>	<u>Moeda da</u> <u>transação</u>
Empréstimos e financiamentos	73.577	US\$
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	(28.576)	US\$
Exposição líquida	<u>45.001</u>	
	<u>Consolidado</u> <u>Valor (em R\$)</u>	<u>Moeda da</u> <u>transação</u>
Empréstimos e financiamentos	1.997	€
Empréstimos e financiamentos	82.475	US\$
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	(31.857)	US\$
Exposição líquida	<u>52.615</u>	

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida apresentada anteriormente refere-se às amortizações superiores ao período estipulado na política.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2013.

Operação	Risco	Controladora - saldos patrimoniais				
		Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário II (-) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário III (-) 50%
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	74.004	93.075	54.935	112.144	35.865
Swap - BTG Pactual 2014 (ganho) / perda	US\$/CDI	(2.073)	(7.230)	3.085	(12.387)	8.242
Swap - Itaú 2014 (ganho) / perda	US\$/CDI	(365)	(3.259)	2.529	(6.153)	5.424
Taxas:						
US\$		2,34	2,93	1,76	3,51	1,17
€		3,23	4,03	2,42	4,84	1,61

Operação	Risco	Consolidado - saldos patrimoniais				
		Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário II (-) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário III (-) 50%
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	84.899	106.741	63.056	128.583	41.214
Swap - BTG Pactual 2014 (ganho) / perda	US\$/CDI	(2.267)	(7.907)	3.373	(13.547)	9.014
Swap - Itaú 2014 (ganho) / perda	US\$/CDI	(419)	(3.742)	2.905	(7.065)	6.228
Taxas:						
US\$		2,34	2,93	1,76	3,51	1,17
€		3,23	4,03	2,42	4,84	1,61

A Administração não considerou como variáveis de risco as taxas de juros, entendendo que estas não têm tendência para apresentar oscilações relevantes.

e) Hierarquias de valor justo

Os quadros a seguir apresentam instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo:

	Controladora		
	31.12.2013		
	Nível 1	Nível 2	Total
Caixa e equivalentes de caixa	16.807	90.478	107.285
Derivativos de passivos financeiros:			
Swap - CCE	-	566	566
Swap - Itaú 2014	-	445	445
Swap - BTG Pactual 2014	-	2.100	2.100

	Consolidado		
	31.12.2013		
	Nível 1	Nível 2	Total
Caixa e equivalentes de caixa	21.482	101.505	122.987
Derivativos de passivos financeiros:			
<i>Swap</i> - CCE	-	566	566
<i>Swap</i> - Itaú 2014	-	511	511
<i>Swap</i> - BTG Pactual 2014	-	2.297	2.297

Não houve transferência de ativos nem de passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados como valor justo por meio do resultado possuem hierarquia de Nível 2.

f) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$11.797, representando 7,77% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2012, essa provisão era de R\$2.165, equivalente a 1,58%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

g) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Controladora			
	31.12.2013	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	59.981	59.981	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	60.054	60.054	-	-
NCE	206.239	101.717	104.522	-
<i>Leasing</i>	1.326	449	877	-
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	<u>74.004</u>	<u>30.103</u>	<u>42.711</u>	<u>1.190</u>
Total	<u>401.604</u>	<u>252.304</u>	<u>148.110</u>	<u>1.190</u>

	Consolidado			
	31.12.2013	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	78.928	78.928	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	60.054	60.054	-	-
NCE	206.239	101.717	104.522	-
<i>Leasing</i>	1.326	449	877	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	21.222	7.574	12.869	779
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	84.899	33.375	49.174	2.350
Capital de giro	6.680	3.405	3.275	-
Conta garantida	<u>1.328</u>	<u>1.328</u>	-	-
Total	<u>460.676</u>	<u>286.830</u>	<u>170.717</u>	<u>3.129</u>

h) Risco de juros

A seguir estão sendo apresentados os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	107.285	74.642	122.987	136.444
Operações com <i>swap</i>	<u>3.111</u>	<u>2.933</u>	<u>3.374</u>	<u>2.937</u>
Total	<u>110.396</u>	<u>77.575</u>	<u>126.361</u>	<u>139.381</u>
Passivo:				
Debêntures	-	33.671	-	33.671
NCE	206.239	271.500	206.239	271.500
<i>Leasing</i>	1.326	-	1.326	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	-	21.222	10.485
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	74.004	104.979	84.899	111.470
Capital de giro	-	-	6.680	6.021
Conta garantida	-	-	1.328	-
Operações com <i>swap</i>	-	<u>57</u>	-	<u>68</u>
Total	<u>281.569</u>	<u>410.207</u>	<u>321.694</u>	<u>433.215</u>

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas, de forma que a Administração entenda que nenhuma volatilidade nessas taxas afetaria significativamente seu resultado.

30. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2013, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Filial - Tecon Imbituba</u>			
Seguro de Operador Portuário - SOP:			
Responsabilidade civil	20.000	US\$	Março/2014
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	Março/2014
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Março/2014
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	Março/2014
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	Março/2014
Frota:			
Seguro da frota de veículos (3 veículos):			
Casco - 100% da tabela FIPE			
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	Outubro/2014
Danos materiais	75	R\$	Outubro/2014
Danos corporais	100	R\$	Outubro/2014
Danos morais	20	R\$	Outubro/2014
Seguro RCF (9 veículos):			
RCF - danos materiais	500	R\$	Outubro/2014
RCF - danos pessoais	500	R\$	Outubro/2014
RCF - danos morais	100	R\$	Outubro/2014
<u>Filial - Tecon Santos</u>			
SOP:			
Responsabilidade civil	20.000	US\$	Março/2014
Bens móveis e imóveis	17.850	US\$	Março/2014
RCE	1.000	US\$	Março/2014
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	Março/2014
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	Março/2014
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	Março/2014
Perda de receita por bloqueio de berço	1.000	US\$	Março/2014
Perda de receita por bloqueio de canal	4.000	US\$	Março/2014
Administradores e diretores-			
Responsabilidade civil - <i>Directors and Officers</i>	35.000	R\$	Junho/2014
Riscos nomeados - escritórios-			
Santos e São Paulo	5.000	R\$	Abril/2014

Controladora e Consolidado		
Cobertura	Moeda	Vencimento

Frota:

Seguro da frota de veículos (49 veículos):

Casco - 100% da tabela FIPE

Acidentes Pessoais Passageiros - APPs

Danos materiais

Danos corporais

Danos morais

10	R\$	Outubro/2014
75	R\$	Outubro/2014
100	R\$	Outubro/2014
20	R\$	Outubro/2014

Nova Logística

SOP:

Responsabilidade civil

Bens móveis e imóveis

RCE

Responsabilidade civil - danos morais

Transporte de mercadorias

Responsabilidade civil ampla para CD - São Bernardo do Campo

Responsabilidade civil ampla para CD - Jaguaré

Danos elétricos:

Transporte Rodoviário de Carga - RCTR-C

Furto e desvio de carga - RCF-DC

Seguro RCF (122 veículos):

RCF - danos materiais

RCF - danos pessoais

RCF - danos morais

20.000	US\$	Março/2014
17.000	US\$	Março/2014
1.000	US\$	Março/2014
1.000	US\$	Março/2014
2.000	US\$	Março/2014
50.000	US\$	Março/2014
50.000	US\$	Março/2014
250	US\$	Março/2014
4.000	R\$	Junho/2014
4.000	R\$	Junho/2014
200	R\$	Outubro/2014
700	R\$	Outubro/2014
90	R\$	Outubro/2014

Convicon

SOP:

Responsabilidade civil

Bens móveis e imóveis

RCE

Responsabilidade civil - danos morais

Perda de receita por bloqueio de berço e canal

20.000	US\$	Março/2014
7.600	US\$	Março/2014
1.000	US\$	Março/2014
1.000	US\$	Março/2014
600	US\$	Março/2014

Frota:

Seguro da frota de veículos (3 veículos):

Casco - 100% da tabela FIPE

Acidentes Pessoais Passageiros - APPs

Danos materiais

Danos corporais

Danos morais

10	R\$	Outubro/2014
75	R\$	Outubro/2014
100	R\$	Outubro/2014
20	R\$	Outubro/2014

Seguro RCF (14 veículos):

RCF - danos materiais

RCF - danos pessoais

RCF - danos morais

500	R\$	Outubro/2014
500	R\$	Outubro/2014
100	R\$	Outubro/2014

Controladora e Consolidado		
Cobertura	Moeda	Vencimento

Terminal de Veículos

SOP:

Responsabilidade civil	20.000	US\$	Março/2014
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	Março/2014
RCE	1.000	US\$	Março/2014
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	Março/2014
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	Março/2014

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das informações contábeis intermediárias; consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes da Companhia.

31. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2013, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$2.679 (R\$2.139 em 31 de dezembro de 2012), as quais não estavam contabilizadas nessas demonstrações contábeis, pois não foram consideradas como compromissos firmados.

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As práticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 3.

Segmentos operacionais

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos; (b) Tecon Imbituba, incluindo o Terminal de Carga Geral; e (c) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais estão descritos nas notas explicativas nº 1.a), nº 1.b) e nº 1.e). Suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para prestar os serviços; e (d) a natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Imbituba, cujo contexto operacional está descrito na nota explicativa nº 1.c), engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na nota explicativa nº 1.d), engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

Demonstrações

Demonstração do resultado até o EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nessa demonstração também é apresentado o *Earnings Before Interest and Taxes* - EBIT.

Demonstração do capital empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações as informações das atividades institucionais que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (a) à administração central; (b) à gestão financeira; e (c) aos tributos diretos sobre o lucro.

A seguir, as demonstrações citadas para os períodos a que se referem estas demonstrações contábeis.

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2013

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	1.246.933	288.294	77.834	-	(12.120)	1.600.941
Deduções da receita	<u>(172.510)</u>	<u>(41.863)</u>	<u>(10.367)</u>	-	<u>1.153</u>	<u>(223.587)</u>
Receita operacional líquida	1.074.423	246.431	67.467	-	(10.967)	1.377.354
Custo dos serviços prestados	(592.799)	(184.003)	(36.639)	-	10.967	(802.474)
Custos variáveis/fixos	(494.942)	(172.427)	(27.624)	-	10.967	(684.026)
Depreciação/amortização	<u>(97.857)</u>	<u>(11.576)</u>	<u>(9.015)</u>	-	-	<u>(118.448)</u>
Lucro bruto	<u>481.624</u>	<u>62.428</u>	<u>30.828</u>	-	-	<u>574.880</u>
Despesas operacionais	(75.220)	(27.643)	(907)	(78.689)	-	(182.459)
Despesas com vendas	(32.753)	(15.482)	(380)	-	-	(48.615)
Despesas gerais e administrativas	(49.924)	(13.509)	(527)	(63.344)	-	(127.304)
Depreciação/amortização	(606)	(328)	-	(16.197)	-	(17.131)
Outras	<u>8.063</u>	<u>1.676</u>	-	<u>852</u>	-	<u>10.591</u>
EBIT	406.404	34.785	29.921	(78.689)	-	392.421
Depreciação/amortização	98.463	11.904	9.015	16.197	-	135.579
EBITDA	504.867	46.689	38.936	(62.492)	-	528.000
Resultado financeiro	-	-	-	(28.586)	-	(28.586)
Equivalência patrimonial	-	-	-	32.892	(32.892)	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	<u>(108.775)</u>	-	<u>(108.775)</u>
Lucro líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>255.060</u>

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2012

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	1.128.684	251.765	91.316	-	(102)	1.471.663
Deduções da receita	<u>(129.879)</u>	<u>(36.557)</u>	<u>(12.067)</u>	-	9	<u>(178.494)</u>
Receita operacional líquida	998.805	215.208	79.249	-	(93)	1.293.169
Custo dos serviços prestados	(516.834)	(144.717)	(29.438)	-	93	(690.896)
Custos variáveis/fixos	(424.080)	(136.995)	(20.374)	-	93	(581.356)
Depreciação/amortização	<u>(92.754)</u>	<u>(7.722)</u>	<u>(9.064)</u>	-	-	<u>(109.540)</u>
Lucro bruto	<u>481.971</u>	<u>70.491</u>	<u>49.811</u>	-	-	<u>602.273</u>
Despesas operacionais	(71.005)	(27.240)	(514)	(78.610)	-	(177.369)
Despesas com vendas	(27.300)	(11.608)	(266)	-	-	(39.174)
Despesas gerais e administrativas	(43.968)	(15.772)	(273)	(61.672)	-	(121.685)
Depreciação/amortização	(723)	(351)	-	(16.199)	-	(17.273)
Outras	<u>986</u>	<u>491</u>	<u>25</u>	<u>(739)</u>	-	<u>763</u>
EBIT	410.966	43.251	49.297	(78.610)	-	424.904
Depreciação/amortização	93.477	8.073	9.064	16.199	-	126.813
EBITDA	504.443	51.324	58.361	(62.411)	-	551.717
Resultado financeiro	-	-	-	(43.652)	-	(43.652)
Equivalência patrimonial	-	-	-	57.363	(57.363)	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	<u>(111.040)</u>	-	<u>(111.040)</u>
Lucro líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>270.212</u>

Em 31 de dezembro de 2013, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$190.100 (R\$243.560 em 31 de dezembro de 2012), equivalentes a 11,9% do total da receita bruta consolidada.

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2013

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	<u>126.598</u>	<u>34.332</u>	<u>10.246</u>	<u>145.846</u>	<u>(11.121)</u>	<u>305.901</u>
Disponibilidades	-	-	-	122.987	-	122.987
Outros	126.598	34.332	10.246	22.859	(11.121)	182.914
Ativo não circulante	<u>1.342.638</u>	<u>191.311</u>	<u>189.344</u>	<u>583.424</u>	<u>(405.988)</u>	<u>1.900.729</u>
Realizável a longo prazo	238.019	5.355	18	16.817	-	260.209
Investimento	-	-	-	405.988	(405.988)	-
Imobilizado	954.897	144.870	1.592	29.007	-	1.130.366
Intangível	149.722	41.086	187.734	131.612	-	510.154
Passivo circulante	<u>(110.126)</u>	<u>(38.176)</u>	<u>(3.285)</u>	<u>(12.228)</u>	<u>11.121</u>	<u>(152.694)</u>
Fornecedores	(63.178)	(23.752)	(1.982)	(59)	10.043	(78.928)
Outros	(46.948)	(14.424)	(1.303)	(12.169)	1.078	(73.766)
Passivo não circulante	<u>(149.239)</u>	<u>(1.913)</u>	<u>(61)</u>	<u>(62.295)</u>	-	<u>(213.508)</u>
Fornecedores	(23.681)	-	-	-	-	(23.681)
Provisão para contingências	(115.082)	(1.913)	(61)	(3)	-	(117.059)
Outros	<u>(10.476)</u>	-	-	<u>(62.292)</u>	-	<u>(72.768)</u>
Total	<u>1.209.871</u>	<u>185.554</u>	<u>196.244</u>	<u>654.747</u>	<u>(405.988)</u>	<u>1.840.428</u>

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	207.901
Endividamento	-	-	-	-	-	147.847
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	60.054
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	184.558
Endividamento	-	-	-	-	-	173.847
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	10.711
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.447.969
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.448.916
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(947)
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.840.428

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	<u>122.484</u>	<u>25.524</u>	<u>8.705</u>	<u>157.834</u>	<u>(8.064)</u>	<u>306.483</u>
Disponibilidades	-	-	-	136.444	-	136.444
Outros	122.484	25.524	8.705	21.390	(8.064)	170.039
Ativo não circulante	<u>1.315.021</u>	<u>176.023</u>	<u>197.823</u>	<u>592.446</u>	<u>(419.071)</u>	<u>1.862.242</u>
Realizável a longo prazo	157.336	10.152	199	2.708	(225)	170.170
Investimento	-	-	-	418.846	(418.846)	-
Imobilizado	994.984	124.052	950	23.662	-	1.143.648
Intangível	162.701	41.819	196.674	147.230	-	548.424
Passivo circulante	<u>(101.728)</u>	<u>(23.587)</u>	<u>(4.685)</u>	<u>22</u>	<u>1.932</u>	<u>(128.046)</u>
Fornecedores	(46.763)	(9.887)	(1.800)	(2)	1.292	(57.160)
Outros	(54.965)	(13.700)	(2.885)	24	640	(70.886)
Passivo não circulante	<u>(133.979)</u>	<u>(1.170)</u>	<u>(40)</u>	<u>(35.604)</u>	<u>-</u>	<u>(170.793)</u>
Provisão para contingências	(133.979)	(1.170)	(40)	-	-	(135.189)
Outros	-	-	-	(35.604)	-	(35.604)
Total	<u>1.201.798</u>	<u>176.790</u>	<u>201.803</u>	<u>714.698</u>	<u>(425.203)</u>	<u>1.869.886</u>

Ativo circulante	-	-	-	-	-	(4.424)
Outros	-	-	-	-	-	(4.424)
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	(13.853)
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	(13.853)
Passivo circulante	-	-	-	-	-	230.221
Endividamento	-	-	-	-	-	165.547
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	64.569
Outras obrigações	-	-	-	-	-	105
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	289.041
Endividamento	-	-	-	-	-	267.600
Outras obrigações	-	-	-	-	-	9.980
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	11.461
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.368.901
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.371.601
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(2.700)
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.869.886

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Com o objetivo de garantir a neutralidade tributária estabelecida nos artigos 15 e 16 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, uma vez que ocorreram pagamentos de dividendos, até a data da publicação da referida Medida, com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, que foram superiores aos que seriam apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, a Administração da Companhia, optará pela adoção antecipada acima mencionada, tão logo disponibilizados e normatizados os procedimentos para essa adoção. Assim, também, estará garantida a utilização do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei nº 6.404, de 1976, para fins do cálculo do limite previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249, de 1995, que diz respeito aos efeitos fiscais relacionados aos juros sobre o capital próprio.

No que se refere aos valores relativos a dividendos pagos ou a pagar após a publicação da referida Medida relacionados ao resultado apurado do exercício de 2013, a Administração da Companhia concluiu que não serão superiores aos que seriam apurados em consonância com os métodos e as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, não devendo incidir sobre eles nenhum encargo tributário.

A Administração da Companhia continua analisando outros eventuais impactos decorrentes da referida Medida.

Conselho de Administração

Carlos Geraldo Langoni (Presidente)
Verônica Valente Dantas (Vice-Presidente)
Marcos Nascimento Ferreira
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim
Daniel Pedreira Dorea
Fabio Perrone Campos Mello
Alcides Lopes Tápias (Independente)
Hans Jurgen Friedrich Peters (Independente)
Wallim Cruz de Vasconcellos Junior (Independente)

Suplentes

Marcus Vinicius Gomes Bitencourt
Eduardo Carvalho da Silva Faoro
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo
Marcelo de Freitas Lapa Santos
Pedro Corrêa da Veiga Murgel
Ricardo Schenker Wajnberg

Diretoria

Antônio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente
Washington Cristiano Kato - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Caio Marcelo Morel Correa - Diretor de Operações
Mauro Santos Salgado - Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Antonio Carlos Pinto de Azeredo
Axel Erhard Brod

Suplentes

Marcello Martins Rodrigues
Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior
Mauro Ormeu Cardoso Amorelli
Alexandre Luiz Oliveira de Toledo

Luiz Carlos Quene - TC/CRC nº 1 SP 192166/O-6
Diretor de Controladoria